



Wetlands
INTERNATIONAL



Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu

2ª EDIÇÃO
Revisada e
Ampliada



Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu

Lílian Ribeiro Pereira | Pedro Paulo Cristofori
Organizadores

2ª EDIÇÃO
Revisada e ampliada

Campo Grande - MS
2022



Esta publicação foi realizada no âmbito do Programa Corredor Azul da Wetlands International, financiada por

dwb ecology

© 2022 Wetlands International Brasil

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente para fins educacionais, de divulgação e outros fins não comerciais. É necessária uma permissão prévia para outras formas de reprodução.

ISBN digital 978-85-69786-11-5

Esta publicação pode ser citada como: PEREIRA, Lílian Ribeiro; CRISTOFORI, Pedro Paulo. (orgs.). Plano de vida do território indígena Kadiwéu. [Livro eletrônico]. 2. ed. Campo Grande, MS: Mupan, 2022. Programa Corredor Azul. Wetlands International Brasil.

Wetlands International
Brasil
+55 67 3045 5456
contato@wetlands-brazil.org
corredorazulpantanal.org

O material apresentado nesta publicação e as designações geográficas utilizadas não implicam opinião alguma da Wetlands International Brasil sobre a situação legal de qualquer país, território ou área, em relação à delimitação de suas fronteiras.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de vida do território indígena Kadiwéu [livro eletrônico] / organização
Lílian Ribeiro Pereira, Pedro Paulo Cristofori. -- 2. ed. -- Campo Grande, MS :
Mupan, 2022.
4.600 Kb ; PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN digital 978-85-69786-11-5

1. Cultura indígena 2. Povos indígenas 3. Povos indígenas (Kadiuwéu) -
Identidade étnica 4. Povos indígenas (Kadiuwéu) - Usos e costumes I. Pereira,
Lílian Ribeiro. II. Cristofori, Pedro Paulo.

22-124866

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Brasil 980.41
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AUTORIA

Abdeniz	Dalciele de Matos Vaz	Gleiciane Firmo Moraes	Marli Farias
Adilene Timoteo	Daniele de Matos Vaz	Guilherme P. da Silva	Mauro Gota
Adriele Dias	David da Silva Góes	Hermes Abicho	Maximino Farias
Agripina Rosa	Edenir de Souza	Ivanildo Mendes	Nivaldo Victor
Ailton Dias	Edmilson Fernandes	Izabel de Almeida	Odenil Matechua
Aldecy Nunes Fernandes	Edmo Veiga	Jackeline da Silva Francisco	Osmair Matchua
Alessandro Anastácio	Ednei de Souza	Jadirson da Silva	Osmar da Silva Marques
Alex Moraes	Elda Matchua Rocha	Joamir Timóteo	Osmar Francisco
Alexandre Baptista	Eliana Abicho	João Araújo	Raimundo Moreira
Altair N. Fernandes	Eliene Vergílio	João Farias	Ramana Martins
Ana Lurdes Farias	Elisabeth Rosa	João Moreira	Regina Derriune Silva
Antonia Ramos	Elisangela Soares	Josiel de Almeida	Rodiney Moraes
Ariele Vergílio	Elísio Rosa Veiga	Juciney Rufino	Rosângela Matos
Arildo Mendes	Elriene Almeida	Jussara Derriune	Silas S. de Souza
Asau da Silva	Etelvino de Almeida	Juvenil Cruz	Simeão Soares
Audio Veiga	Eva Firmo	Laércio B. Victor	Solange Felix
Aurea Santos	Evelyn Cardoso	Laércio Fernandes Ramos	Valciso Souza Silva
Benício Vergílio	Ezequiel da Silva	Lídia Derriune	Valdiria Mendes
Benilda Vergílio	Fátima Rosa	Lídia S. da Silva	Valter Farias
Candido Abicho	Fernando C. Correa	Lindomar Ribeiro	Vanda Pires
Caroline da Silva Assis	Geraldina Farias	Lucilene Correa	Vanderlei Mendes
Catarina de Souza	Geraldo Ribeiro	Lucilene da Silva	Vanderson Mendes
Cenira Farias Dias	Gilberto Araújo	Lucilene Derriune da Silva	Vânia Anastácio
Cicera Luiza Teodoro	Gilberto Pires	Madalena Xavier	Vinicius da Silva
Ciriaco Ferraz	Gilce Keli Silva	Marcia Veiga	Weverton Abicho
Cleidimara Moraes	Gislaine Oliveira Trindade	Marcos Roberto	Wilson Matos da Silva
Creuza Vergílio	Giulielson Farias	Marilene Farias	Zilda da Silva
Cringi Abicho	Glauciane Farias	Marlene Farias	

EQUIPE TÉCNICA

Kátia Cristina Favilla, Lílian Ribeiro Pereira, Pedro Paulo Cristofori

REVISÃO

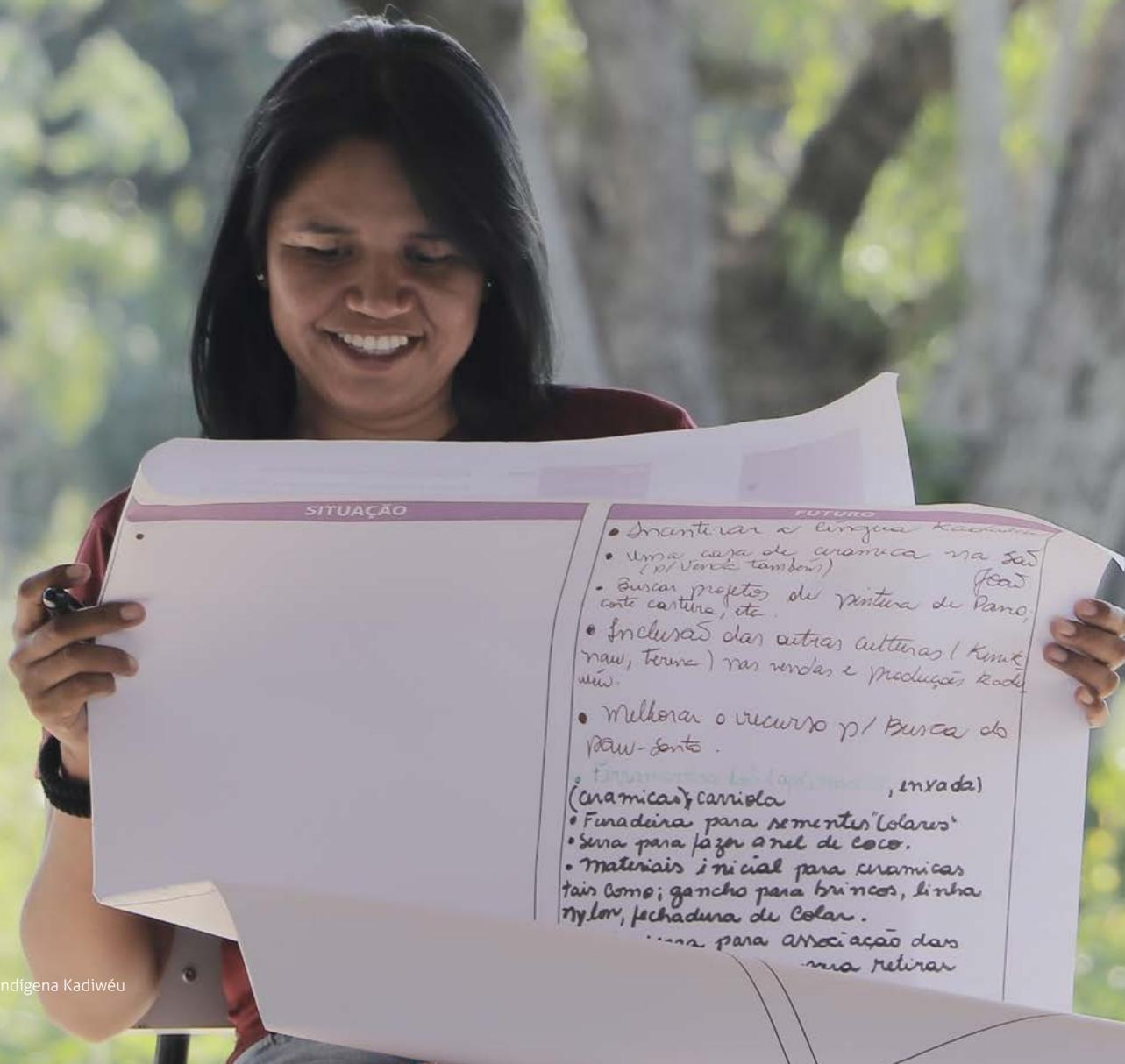
Áurea da Silva Garcia, Rafaela Danielli Nicola, Julio Francisco Alves Fernandes, José Sabino

FOTOS

Lilian Ribeiro Pereira, Maria Carolina Palieraqui, Mariana Arndt, Alicce Rodrigues, Gabi Freire, Pedro Paulo Cristofori

DIAGRAMAÇÃO

Lennon Godoi



SITUAÇÃO

FUTURO

- Manter a língua Kadiwéu
- Uma casa de cerâmica na fazenda (p/ vender também)
- Buscar projetos de pintura de pano, corte costura, etc.
- Inclusão das outras culturas (Kimbé, mau, Terene) nas vendas e produções Roda-viva.
- Melhorar o recurso p/ Busca do pau-santo.
- Ferramentas (Lançadeira, enxada) (cerâmicas), carricho
- Furadeira para rementes "Colares"
- Seta para fazer o nel de coco.
- Materiais inicial para cerâmicas tais como; gancho para brinco, linha nylon, fechadura de Colar.
- ... para associação das ... para retirar

PRÓLOGO

Comunidade Ejiwajegi (Kadiwéu) das aldeias Alves de Barros, Campina, São João, Tomázia e Barro Preto

Entre abril de 2018 e março de 2019, nós, da Comunidade Indígena Kadiwéu, nos reunimos para olhar nosso território e pensar em uma visão de futuro para nossa casa, nossa Terra, nosso povo. Contamos com a parceria da Wetlands International e da Mupan, com o apoio da DOB Ecology, por meio do Programa Corredor Azul - Pantanal. Trocamos ideias, experiências e expectativas com uma equipe técnica de facilitadoras/es formada por Kátia Favilla, Lílian Pereira e Pedro Cristofori.

Nesse período, fizemos numerosas reuniões e construímos em conjunto um diagnóstico sobre nossa Terra Indígena Kadiwéu (Ejiwajegi). Ampliamos nossa visão sobre o nosso território e sobre as relações que firmamos dentro e fora desse espaço. Debates quais são nossos problemas atuais, como estamos organizados social e economicamente e avaliamos como somos atendidos pelo Estado brasileiro.

Depois desse diagnóstico, propusemos o desafio de pensar o futuro que queremos. Planejamos como queremos viver, como queremos nos relacionar, o que é importante termos dentro de nossas aldeias, como podemos conviver, vivenciar nossa existência e as conexões internas e externas.

Esses meses de construção coletiva ampliaram a parceria entre as aldeias e fortaleceram os laços que nos unem na Terra Indígena Kadiwéu, nosso território de uso comum e coletivo. Os resultados de nossas reflexões estão nas páginas deste documento, que serve para

relembrarmos os compromissos firmados e os planos construídos, mas também para nos posicionarmos junto às diferentes esferas governamentais a fim de reivindicarmos nossos direitos e definirmos coletivamente o futuro que queremos.

Como avaliamos, na primeira etapa, uma revisão para o período de dois anos, entre os meses de outubro a novembro de 2021 ocorreram visitas ao território, em que foram aprimoradas ações necessárias.

Esperamos que todos possam ler nosso Plano de Vida do Território e que ele seja importante instrumento para as lideranças de cada uma das aldeias, bem como de professoras e professores das nossas escolas. Que seja, ainda, utilizado nos postos de saúde e nas cidades. E que as crianças e jovens possam olhar para ele e ver que estamos construindo um futuro e uma Terra Indígena Kadiwéu mais forte e unida, pronta para enfrentar as ameaças que poderiam afetar nossa visão de povo, nossa união e nossa forma de vida única. Que este nosso Plano de Vida sirva para o Estado entender um pouco mais sobre nossa forma de ver o nosso território e buscar o diálogo conosco a partir dos nossos desejos e demandas, e não de modo padronizado, sem considerar a forma de vida Kadiwéu.

Este é o nosso Plano de Vida, esta é a Terra que queremos ver nos próximos anos. Nós o construímos e agora vamos executá-lo, com nossa união e parcerias.



O PROGRAMA CORREDOR AZUL

Corredor Azul é um programa da Wetlands International que tem como objetivo salvaguardar a saúde e conectividade das áreas úmidas do Sistema Paraná-Paraguai. Coordenado pelo escritório da América Latina e Caribe, na Argentina, é executado em três áreas úmidas icônicas do sistema: Pantanal, no Brasil, Esteros de Iberá e Delta do Paraná, na Argentina. Conta com o apoio da DOB Ecology e no Brasil é implementado em parceria com a Mupan - Mulheres em Ação no Pantanal. O Programa concentra ações em quatro grandes eixos: 1. geração de conhecimento; 2. ações de campo; 3. mobilização de pessoas e de conhecimento; e 4. atuação sobre políticas e investimentos.

Salvaguardar a saúde e conectividade do Corredor Azul como importante corredor ecológico, social e econômico significa apoiar o desenvolvimento local desde seus povos e comunidades até os órgãos governamentais responsáveis.

Os 538.536 hectares da Terra Indígena (TI) Kadiwéu representam aproximadamente 5% da maior área úmida continental do mundo e o uso racional de seus recursos naturais, por meio de conhecimentos ancestrais replicados de geração a geração, promove a manutenção de ecossistemas e modos de vida associados. Dessa forma, contribuir para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kadiwéu, por meio do Plano de Vida é contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável da maior área protegida do Pantanal e para a ampliação da qualidade e extensão de áreas sob manejo sustentável.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	7
O PROGRAMA CORREDOR AZUL	8
INTRODUÇÃO	11
PNGATI	12
O PLANO DE VIDA	14
O Povo Kadiwéu	15
A TERRA INDÍGENA KADIWÉU	17
A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VIDA KADIWÉU	18
O trabalho de campo	18
A Metodologia	20
Sensibilização e Mobilização	20
Diagnóstico	21
Planejamento	29
Validação	29
O Plano de Vida Kadiwéu	30
Implementação	30
Monitoramento e Avaliação	31
Revisão do Plano de Vida	31
Marco Situacional	32
Educação	34
Saúde	38
Território	43
Meio Ambiente	47
Agricultura e Pecuária	50
Cultura	53
Convivência no Território e Relações Interinstitucionais	56
Fogo	58
Água	60
Mulheres	62
Juventude	64
Esporte e Lazer	66
GLOSSÁRIO	68
REFERÊNCIAS	69



INTRODUÇÃO

O Plano de Vida da Terra Indígena Kadiwéu foi construído por meio do trabalho de campo desenvolvido pela equipe técnica contratada pelo Programa Corredor Azul e indígenas das aldeias Alves de Barros, Campina, Barro Preto e Tomázia. Em 2021, ele foi revisitado pela comunidade, atualizado com novas ações e contou com participação agora de cinco aldeias do território na sua revisão, sendo elas: Alves de Barros, Campina, São João, Tomázia e Barro Preto.

O documento foi realizado tendo como eixo norteador a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de Terras Indígenas, um de seus maiores instrumentos de execução. Foram seguidas etapas e métodos propostos por essa política nacional, incluindo o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas. Esse protagonismo pode ser notado nesta publicação já em sua ficha técnica, na qual os autores são os participantes do processo e os direitos autorais são do Povo Kadiwéu.

A publicação apresenta as etapas que foram seguidas para a construção do Plano de Vida: os etnomapeamentos realizados, as imagens coletadas, o planejamento construído e sua validação, as perspectivas futuras de implementação e a avaliação.

Esta introdução apresenta, também, de maneira sucinta, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, essencial para a compreensão da inserção do Plano de Vida no contexto da gestão ambiental em Terras Indígenas no Brasil.

Todas essas as ações foram desenhadas com prazo máximo para dois anos, começando a ser implementada pelo povo Kadiwéu a partir do momento de sua validação (2019).

Em 2021 uma nova etapa foi realizada, a revisitação do Plano. Nesse processo, o povo Kadiwéu percebeu a necessidade de enfatizar temas, adicionando-os separadamente: Mulheres, Água, Fogo, Juventude e Esporte e Lazer.

A fase de implementação se iniciou desde o momento em que seu povo começou a planejá-lo e está em constante mudança, sendo um documento vivo que caminha conforme os passos são designados pelos Kadiwéu. Ele pode ser revisto sempre que necessário, incluindo novos temas, mudanças de configuração ou conclusões, conforme as necessidades de suas lideranças, desde que isso ocorra de modo consensual entre a população.

PNGATI

Em 2012, o Governo Federal editou o Decreto n. 7.747, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Essa política organiza uma das atribuições contidas na Constituição Federal, em seu Artigo 231, de que o Estado brasileiro é responsável pela demarcação, proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, especificamente no que tange à necessidade de proteger e garantir-lhes o usufruto exclusivo dos recursos presentes em suas “Terras Tradicionalmente Ocupadas”.

A PNGATI tem o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas”. Descreve, ainda, que são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento, assim especificados no Art. 2º do Decreto:

- I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e
- II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento (BRASIL, 2012).

A PNGATI apresenta, ainda, diretrizes e objetivos específicos dispostos em eixos de atuação que visam orientar os povos indígenas, suas organizações, parceiros e entes federados para a construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), de forma a aumentar a governança dos povos sobre seus territórios, garantindo autonomia e protagonismo na defesa e no uso dos recursos naturais ali existentes.

A cartilha “Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – Orientações para Elaboração”, produzida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2013, destaca que os PGTA são importantes ferramentas para a implementação da PNGATI e devem ser:

“[...] instrumentos de caráter dinâmico, que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses Planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas” (FUNAI, 2013: 7).

A construção dos planos de gestão territorial e ambiental facilita a compreensão sobre os usos dos recursos naturais, auxilia na negociação de acordos internos sobre essa questão, aumenta a valorização dos conhecimentos tradicionais associados às práticas cotidianas e tem o potencial de produzir visões próprias de proteção, fiscalização e monitoramento territorial e ambiental. Também é importante para o aumento da capacidade de diálogo e negociação com atores externos ao contexto das Terras Indígenas, como governo, organizações de apoio e assessoria e de financiadores.

Os planos são, ainda, instrumentos de regulação da relação dos Povos Indígenas com o Estado, uma vez que apresentam um conjunto de ações e requisitos que devem ser seguidos para a realização de atividades dentro do território planejado. Como resultado desejado, podem agregar e desenvolver forças que aliem demandas dos povos e políticas públicas.

Os Planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial.



O PLANO DE VIDA

“Com o Plano de Vida temos já nomeados os itens que achamos de extrema importância e antes nós não tínhamos em mente aquilo que a gente queria. Vejo que o Plano vem fazendo essa diferença dentro da nossa comunidade.”

Laércio B. Victor

A PNGATI foi instituída a partir das demandas dos povos indígenas e construída por meio de consultas e oficinas, sendo delineada de maneira coletiva e pautada na experiência do que estava em discussão e desenvolvimento em algumas Terras Indígenas.

Em 2009, os Povos Indígenas do Oiapoque realizaram a construção do seu Plano de Vida e o definiram como “uma forma de descrever o que se quer para o futuro, organizar os objetivos e descrever como esperamos que eles sejam alcançados” (Apio, 2009: 10).

Em 2018/2019 o Povo Indígena Kadiwéu constrói seu entendimento de planejamento de gestão do território, dos recursos naturais, da organização social, cultural e econômica de sua Terra Indígena, e opta por denominar essa planificação de futuro de Plano de Vida Kadiwéu (Ejiwageji).

O processo de construção seguiu as etapas e utilizou as ferramentas propostas pelo PGTA, mas ainda restam algumas pactuações e complementações a serem realizadas. A nomenclatura utilizada remete ao mesmo desejo que orientou os povos indígenas do Oiapoque: o de garantir a vida e o futuro do seu território e de seu povo. Esta publicação apresenta esse processo, etapas, metodologia e o plano em si.

O Plano de Vida foi revisitado por suas lideranças e comunidade no ano de 2021, um período com enormes transformações, marcado pela pandemia de Covid 19, além de outras ameaças, como o fogo, que no ano de 2020 atingiu grande porção do território. Com tudo isso, o povo Kadiwéu se reuniu para refletir sobre as ações propostas, o que culminou inclusive na necessidade de destacar outros temas que demonstram a realidade vivida atualmente pela comunidade.

Espera-se que cada pessoa que tenha a oportunidade de leitura deste documento possa compreender um pouco mais sobre o Povo Kadiwéu, sua história, sua Terra e sua visão de futuro para o território, a cultura e o meio ambiente.

O Povo Kadiwéu

Nós viemos do buraco

“O criador de todas as coisas, tendo finalizado sua obra, observou que faltava ainda fazer uma coisa: retirar do buraco quem lá havia colocado. Ele então começou a tirar quem havia colocado no buraco. Primeiro retirou o branco e deu tudo para ele: ferramentas, animais, terra, tudo. Depois retirou os Terena, deu enxada, machado para eles; tirou o Chamacoco; e foi retirando várias etnias e dando para cada uma delas as coisas, ficando o homem branco com a melhor parte e o menor esforço.”

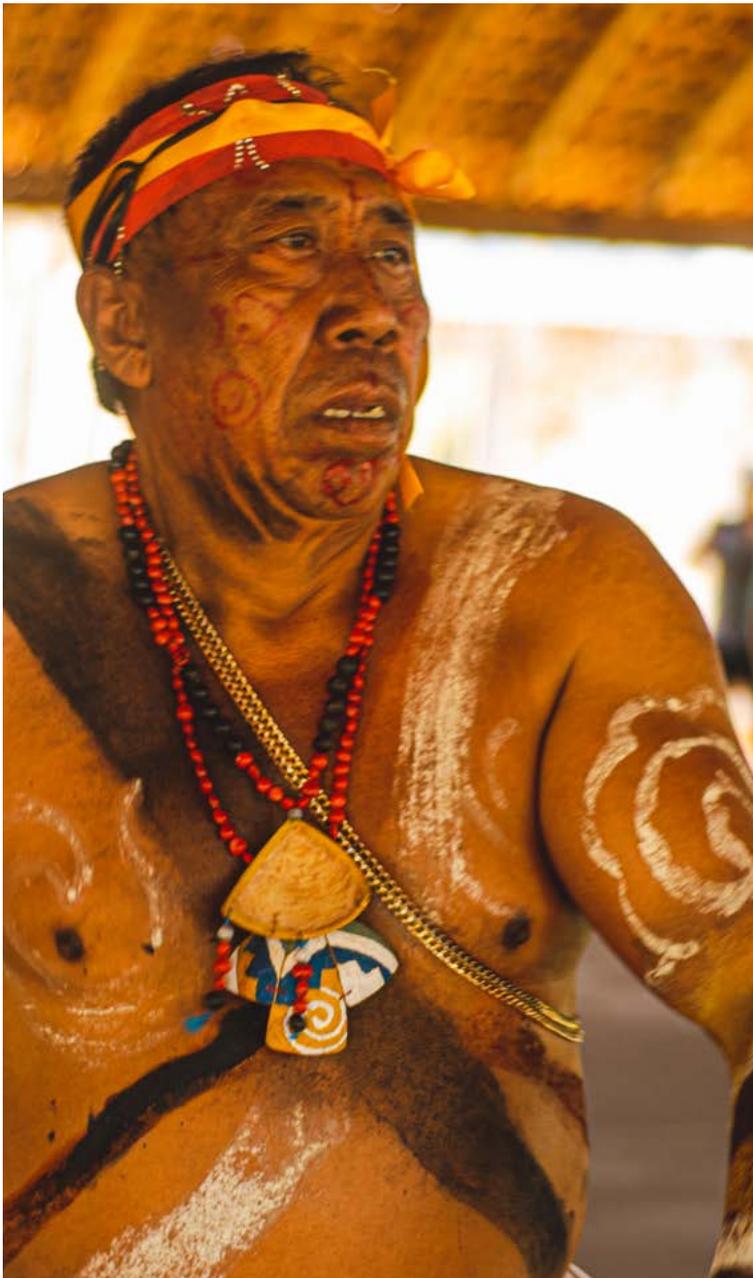
“Ele estava terminando e havia esquecido do povo que ele considerava o mais amigo dele. Estava indo embora quando o carcará lembrou ele de que esqueceu seu povo principal dentro do buraco. Quando ele voltou, chamou: – Ejiwajegi! E eles responderam: – Estamos aqui, senhor. Retirou dois casais e dois homens e, como já tinha oferecido tudo aos outros povos que retirou antes, não tinha mais nada para oferecer a não ser a caça, que foi liberada que fizessem, e que eles se tornassem os guardiões da Terra: – Levem a vida de vocês e cuidem da Terra.”

A narrativa anterior foi feita pelo vice-cacique Gilberto Pires, durante uma das visitas de campo à Aldeia Alves de Barros. O mito da criação traduz a cosmovisão Kadiwéu sobre a criação de seu povo e está fortemente associada ao cuidado com a Terra e o seu território. Assim, eles se entendem e se constroem como guerreiros/as que têm a missão, dada pelo criador, de cuidar da Terra e de combater quem mal a ela faz. Também têm o cuidado da terra, do território, como atribuição: zelar pela mata, pelos animais – cada um tem seu nome, seu guardião, e o Kadiwéu é o guardião de todas as coisas da natureza. Também nas palavras de Gilberto Pires: “Se eu não preservar a natureza eu não me preservo. Eu faço parte, eu sou esta natureza. Agradeço quem quer preservar a natureza, pois está me preservando, porque eu sou parte desta natureza, sou guardião desta T/terra.”



“Se eu não preservar a natureza eu não me preservo. Eu faço parte, eu sou esta natureza”.

Gilberto Pires



Os Kadiwéu fazem parte do tronco linguístico Guaikuru, sendo seus únicos falantes no Brasil.

O espaço tradicional dos falantes do tronco Guaikuru é o Gran Chaco, que se estende pelo Paraguai, Argentina e Bolívia.

“Os grupos Guaikuru eram os que mais extensamente se distribuíaam no Gran Chaco, compreendendo os Abipon, Mocovi, Toba, Pilagá, Payaguá e os Mbayá, que ocupavam a área mais setentrional. Essas distintas sociedades comportavam várias subdivisões, mas mantinham certa unidade cultural, sobretudo por meio da língua. Antes dos contatos com os não índios, os Guaikuru apresentavam alguma preponderância sobre outros grupos indígenas, e essa tendência recrudescera entre os séculos XVI e XVII, com a introdução do cavalo europeu (*Equus caballus*) na região. Sem esse animal, teria sido praticamente impossível o desenvolvimento do legendário modelo guerreiro dos Mbayá-Guaikuru, conhecidos desde a época colonial como ‘índios cavaleiros’. Isso possibilitou um aumento do seu território e do seu poderio bélico, pois, com o cavalo, puderam entrar em contato com grupos indígenas mais distantes, de modo a lhes impor uma espécie de subordinação” (SILVA, 2014: 41-42).

Entre 1864 e 1870, os Guaikuru estiveram ao lado do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança. Como consequência do conflito, houve uma grande diminuição populacional, porém resultou, mais tarde, na garantia do seu território pelo Estado.

Além da língua exclusiva em território brasileiro, os Kadiwéu possuem um grafismo e uma arte muito peculiares, distintos de outros grupos indígenas. Sua arte já foi reconhecida por pesquisadores, descrita e exposta em museus internacionais. Até os dias atuais, ela é um grande traço cultural que une gerações na busca pela transmissão dos conhecimentos e na conservação do território, de onde extraem os recursos naturais necessários à sua feitura.

A TERRA INDÍGENA KADIWÉU

Uma longa história envolve a demarcação da Terra Indígena Kadiwéu. Em 1899, o presidente do Estado de Mato Grosso, Antônio Pedro Alves de Barros, determinou a realização da medição do território, mas somente em 1903 foram destinados 373.024 ha a eles.

No entanto, entre os anos de 1957 e 1958 a extensão da área voltou a ser questionada e o poder legislativo do Estado de Mato Grosso solicitou sua redução para 100 mil ha. Em 1961 a Justiça Federal deu ganho de causa aos indígenas e, em 1981, o Exército realizou nova demarcação física, que foi finalmente homologada em 1984. Por meio do Decreto n. 89.578, assinado pelo então presidente João Figueiredo, o território ganhou sua atual conformação, com área total de 538.536 ha.

A Terra Indígena Kadiwéu está localizada quase em sua totalidade no município de Porto Murtinho, com pequena porção em Corumbá, ambos no estado de Mato Grosso do Sul. É considerada regularizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – etapa final de constituição de um Território Indígena, conforme legislação vigente. Possui seis aldeias: **Alves de Barros, Campina, Córrego do Ouro, Tomázia, São João e Barro Preto**, totalizando uma população em torno de 1.400 pessoas.



A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VIDA KADIWÉU

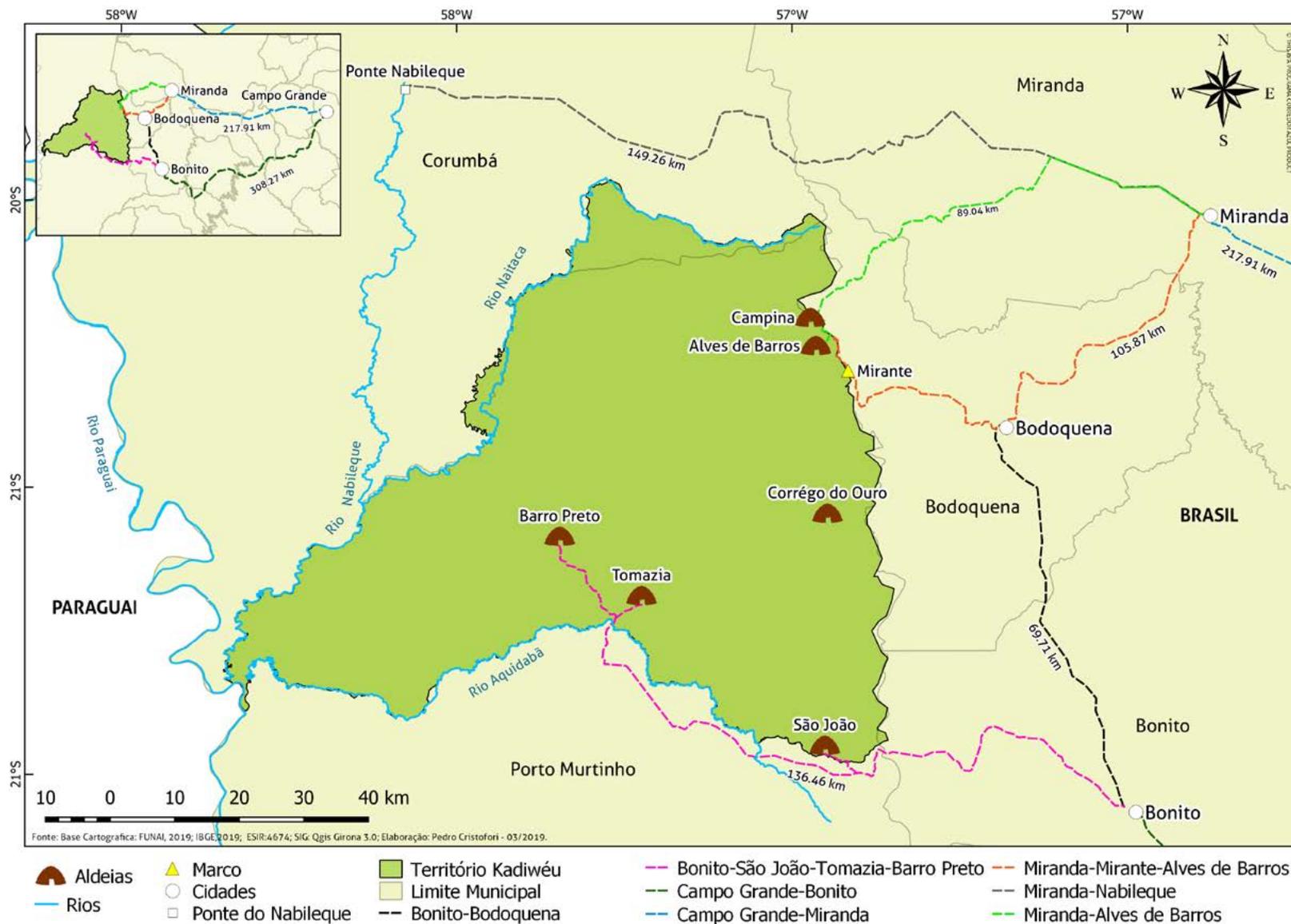


O trabalho de campo

Na fase de revisão do Plano, foram realizadas reuniões com lideranças e oficinas com participação de cinco aldeias do território: Alves de Barros, Campina, Barro Preto, Tomázia e São João. Entre setembro e dezembro de 2021, foram feitas visitas a essas comunidades a fim de debater sobre a revisão, levantar pontos do que havia sido implementado desde a sua validação, em 2019, além de incluir os passos que a comunidade daria a partir daquele momento.

Foram cerca de 30 dias em campo junto à comunidade, ora com associações que estão formadas dentro desse território, como Abink, Amak, Acirk, ora com professores e lideranças novas e antigas, ou em conversas com a comunidade em geral. Todo diálogo estabelecido desde então culminou em um planejamento ainda mais aprofundado sobre necessidades e ações que devem ocorrer nos próximos anos.

Em função da pandemia, as atividades foram realizadas seguindo um rigoroso protocolo de biossegurança, acordado com as comunidades e parceiros, a fim de evitar a contaminação por Covid-19 durante todo o período de consulta e construção de novas etapas.



A Metodologia

A metodologia utilizada seguiu as orientações fornecidas pela Funai para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas em 2013. Assim, o trabalho foi desenvolvido seguindo cinco etapas:

Etapa 1. **Sensibilização e Mobilização;**

Etapa 2. **Diagnóstico;**

Etapa 3. **Planejamento;**

Etapa 4. **Execução;**

Etapa 5. **Monitoramento e Avaliação.**

Em 2021, o plano foi revisitado, agora com participação de uma nova comunidade no processo, a Aldeia São João. Novamente foi seguida a metodologia com todas as etapas destacadas acima, tendo somente suas ações ampliadas, de acordo com a nova realidade enfrentada nos últimos anos.

Sensibilização e Mobilização

Na etapa de sensibilização, homens, mulheres, jovens, idosos, dentre outros segmentos das aldeias, foram envolvidos no processo para ampliar o entendimento do que é um plano de gestão, seus principais usos, objetivos, e para conhecer o próprio processo de construção e execução de suas ações. Foi o momento de reforçar o protagonismo deles, para que a construção do planejamento atendesse às demandas já existentes. A sensibilização e a mobilização são fundamentais para mapeamento de participantes e de lideranças, responsáveis por todo o processo de planejamento.

O processo ocorreu por meio de reuniões, visitas da coordenação do Programa Corredor Azul e diálogos com lideranças e gestores governamentais. Diferentes grupos e lideranças foram mobilizados para participar dos momentos seguintes, de diagnóstico e planejamento. A partir dessa fase, foi possível entender a dinâmica espacial de distribuição das aldeias no território, a organização político-social que seguem e suas inter-relações, bem como definir prioridades com o protagonismo dos Kadiwéu. Por fim, foram indicadas quais ações estariam prontas naquele momento e quais, por razões que fugiam à governabilidade, não poderiam ser incluídas.

Diagnóstico

Esta fase é composta pela realização de um diagnóstico profundo da situação atual da Terra Indígena. Pode ser realizada por meio de diagnóstico participativo (levantamento e análise de informações a partir do diálogo intercultural) e/ou por meio do etnomapeamento, constituído pela representação espacial do território a partir dos povos indígenas e de seus elementos próprios.

Os Kadiwéu optaram pela elaboração de etnomapas. Foram, então, construídos mapas que, inicialmente, buscaram a distinção da percepção das aldeias sobre o território que ocupam e, posteriormente, um aprofundamento, utilizando mapas temáticos sobre as aldeias e modos de viver e estar no território.

O processo foi feito a partir de uma folha com o contorno da Terra Indígena Kadiwéu. Nessa figura, cada uma das aldeias foi convidada a desenhar como via o território, onde elas estavam localizadas, quais localidades eram importantes, se havia rios, estradas, limites ou invasores.

Foram produzidos materiais extremamente distintos, que dialogavam com a percepção geral do território, a inserção das aldeias, as relações de proximidade e distância entre elas, a conservação de locais e uso de áreas comuns, os invasores e/ou agressores e as áreas de retomada.

Tomando como base esses primeiros registros, foram realizados mapeamentos de cada uma das aldeias, com detalhamento da localização das casas, equipamentos públicos, igrejas, sítios importantes, cemitérios e o que mais entendessem que era significativo para seus modos de viver e reproduzir, formas de ocupação territorial, modos de vida e produção, meio ambiente, fontes de água e locais de acesso a recursos naturais.

Os mapas foram importantes para o diagnóstico atual das aldeias e da TI e balizaram o momento posterior de planejamento de ações, que foram pensadas a partir dos problemas levantados e das necessidades apontadas que impedem sua completa sustentabilidade, seja social, econômica, cultural ou ambiental.

Em seguida, foi realizada uma etapa na qual se percorreu o território para cobrir os pontos destacados, com dados de georreferenciamento para cada um dos locais, como casas, escolas, postos de saúde, fontes de água, cemitérios e campos de futebol, dentre outros. Esse trabalho gerou um mapa georreferenciado das aldeias participantes do processo. No mapa da página 28 é possível visualizar todos os locais priorizados na construção dos etnomapas.

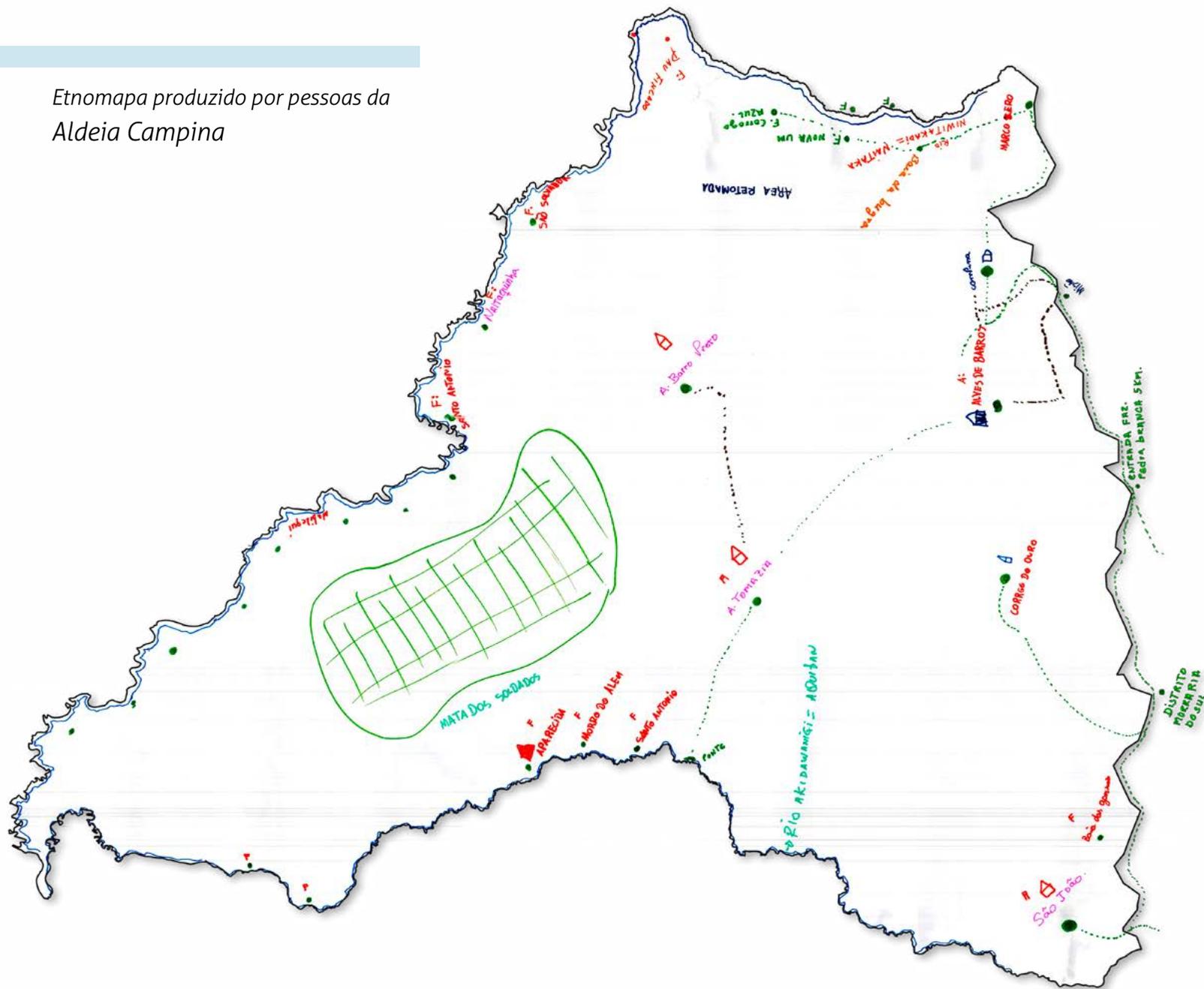
O trabalho do etnomapeamento foi finalizado com a utilização de drone para captação de imagens das cartografias produzidas em cada uma das aldeias.

Resumindo, a etapa de diagnóstico foi realizada seguindo os seguintes passos:

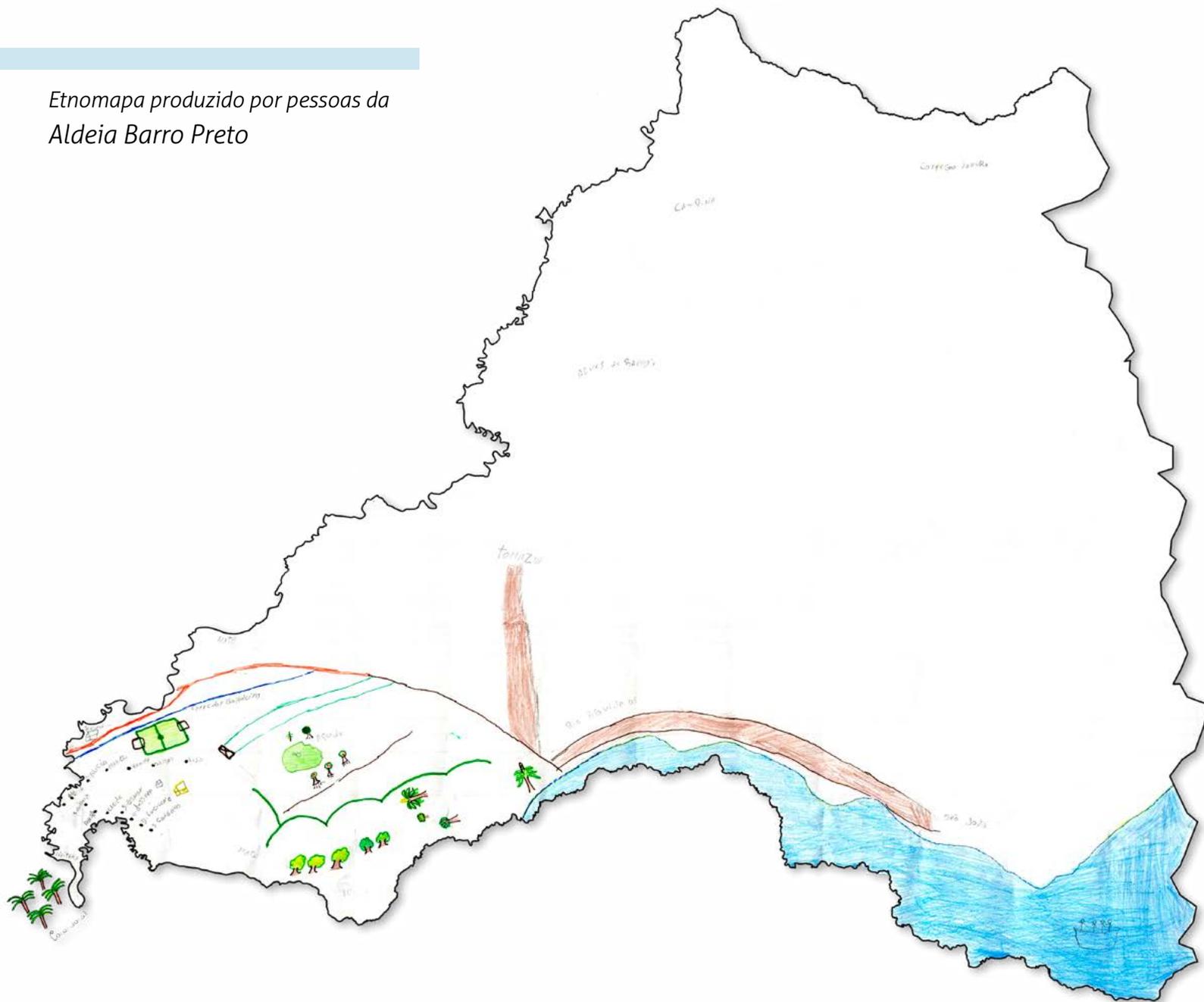
1. Construção de etnomapas com a percepção de cada aldeia sobre a Terra Indígena Kadiwéu;
2. Construção de etnomapas com detalhamento das aldeias e do uso do território;
3. Coleta de dados para georreferenciamento dos locais destacados nos etnomapas das aldeias e usos do território;
4. Captação de imagens das aldeias e pontos importantes no território destacados nos etnomapas.

Para a fase de revisão, foram utilizados o próprio documento do Plano de Vida, uma análise do que foi feito desde a sua construção e uma análise tema a tema sobre o que seria necessário adicionar, considerando as demandas atuais das comunidades e do território.

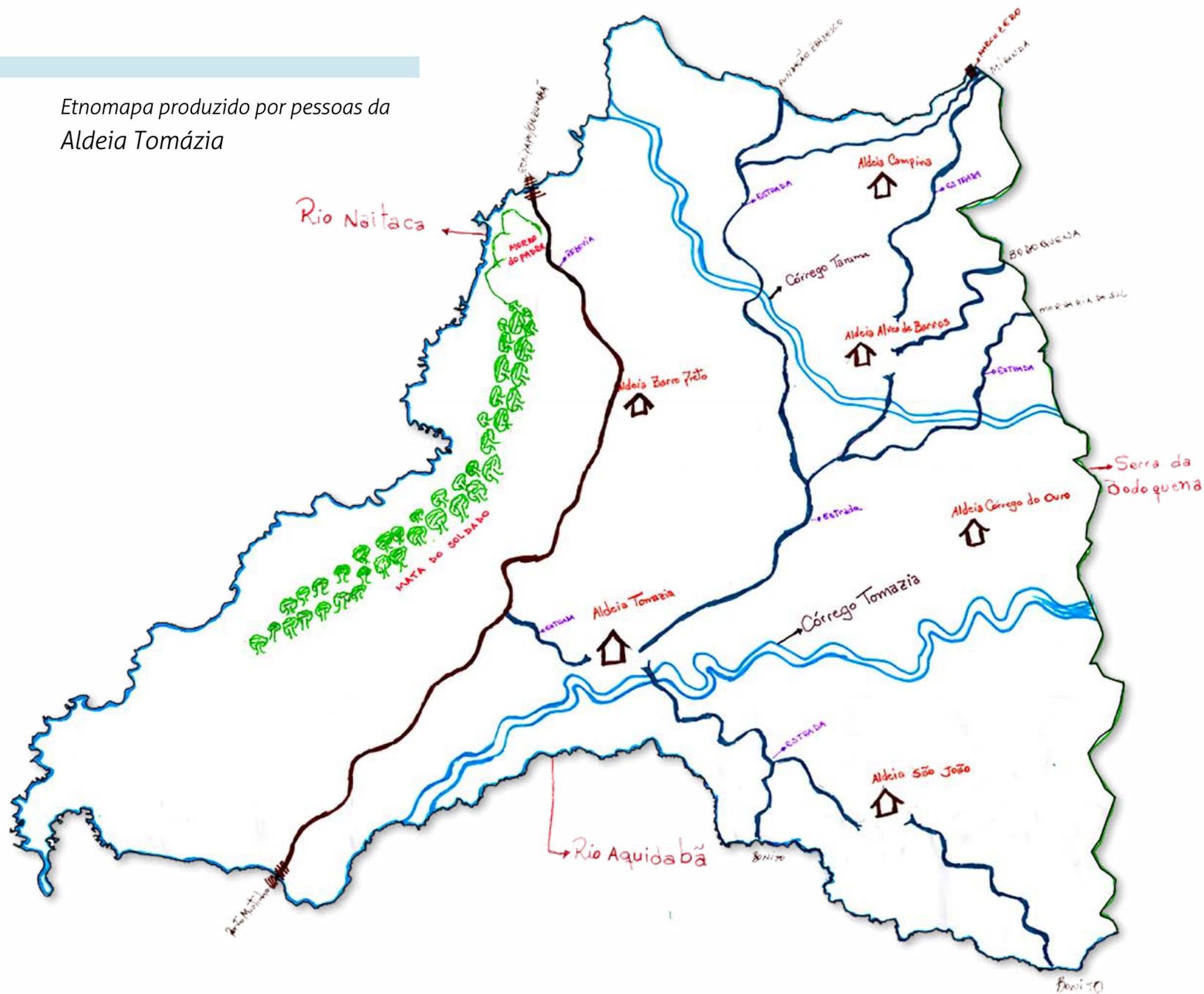
Etnomapa produzido por pessoas da
Aldeia Campina



Etnomapa produzido por pessoas da
Aldeia Barro Preto



Etnomapa produzido por pessoas da
Aldeia Tomázia



Planejamento

Esta etapa consiste no planejamento e priorização de ações e projetos que busquem viabilizar a resolução de problemas identificados na fase anterior. Para sua concretização, pode ser necessária a pactuação de acordos internos e externos, que devem ser realizados a partir da autonomia dos povos e das organizações indígenas, podendo contar com parcerias de outras organizações sociais ou órgãos públicos, quando e se solicitados. Embora não seja de uso obrigatório, uma ferramenta que pode ser utilizada é a do etnozoneamento indígena.

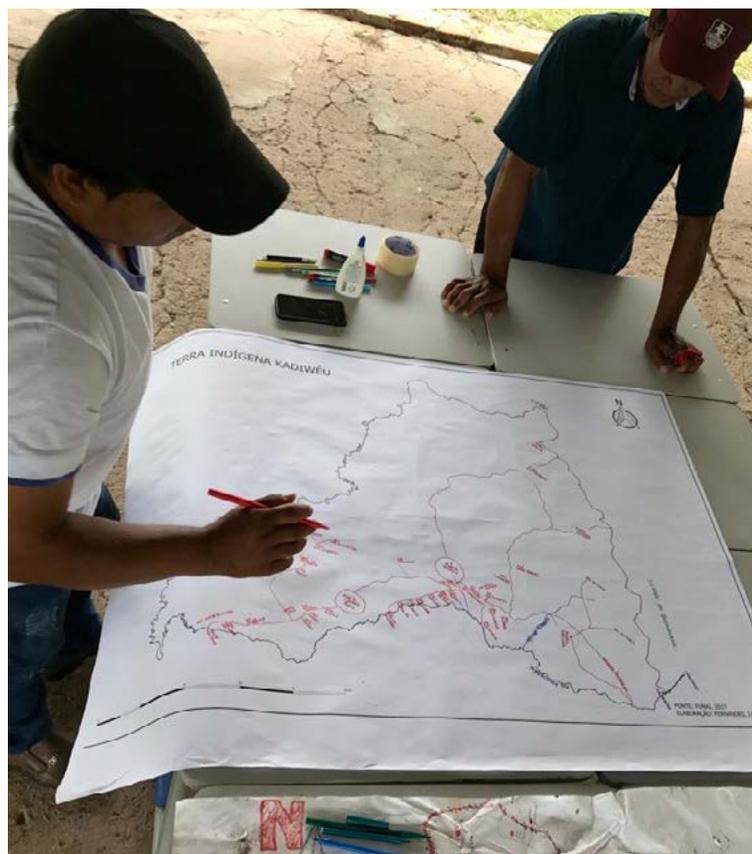
Na TI, o planejamento tomou por base os diagnósticos realizados e o levantamento de temas prioritários que cada uma das aldeias gostaria de ver refletidos em seu plano de gestão. Dessa forma, o Plano de Vida contou com sete eixos temáticos: (1) Educação; (2) Saúde; (3) Território; (4) Meio Ambiente; (5) Agricultura e Pecuária; (6) Cultura; e (7) Convivência no Território e Relações Interinstitucionais. No período de revisitação, cinco novos eixos foram inseridos: (8) Fogo; (9) Água; (10) Mulheres; (11) Juventude; e (12) Esporte e Lazer.

Essa fase foi finalizada com o retorno às aldeias Alves de Barros, Campina, Tomázia e Barro Preto para apresentar a sistematização dos planejamentos realizados em cada uma delas, visando posterior processo de validação do Plano pelos Kadiwéu. Essa validação ocorreu em março de 2019 e sistematizou o planejamento deste documento, validando as decisões coletivas das comunidades.

O resultado dessas etapas culminou no Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu, um documento vivo que representa os desejos e perspectivas da comunidade, que pode ser alterado conforme as necessidades do seu povo. O plano apresenta as ações fundamentais, cuidadosamente identificadas e descritas no plano de ação, indicando atores e período de execução, além de tópicos que estão em construção para serem incluídos pelos novos atores e parceiros que os viabilizem.

Validação

Entre os dias 28 e 29 de março de 2019, as lideranças da TI Kadiwéu validaram o Plano de Vida. Esse foi um importante momento, com apresentação, análise e validação pelas lideranças das comunidades percorridas ao longo do processo. Nessa etapa, a equipe de facilitação percorreu as quatro aldeias com a presença da Funai. Além dos representantes citados, na Aldeia Barro Preto, havia a presença de representantes do município de Porto Murinho.



O Plano de Vida Kadiwéu

Antes de apresentar o Plano de Vida Kadiwéu, é necessário destacar que algumas atividades presentes em cada um dos eixos temáticos foram organizadas de maneira a relatar fielmente o que foi definido pelos indígenas durante o processo de construção do planejamento. Isso resulta no fato de que algumas atividades podem parecer longas ou muito detalhadas, mas espelham o anseio exposto por cada uma das aldeias no momento da escrita. Como compromisso com essa característica, esta publicação cumpre o papel de se manter fiel aos anseios do Povo Indígena Kadiwéu, concebida como um registro mobilizador, e não como uma tradução dos interesses.

O Plano está organizado em colunas que se referem às ações que devem ser feitas; às formas de realização; ao tempo para execução; e às parcerias/responsabilidades necessárias. Ressalte-se que algumas ações foram destacadas como importantes, mas ainda restaram dúvidas sobre qual a melhor forma de execução, prazos e parceiros. Assim, foram mantidas na finalização, ainda que necessitem ser revisitadas ao longo do processo.

Os Kadiwéu optaram por construir um planejamento com temporalidade máxima de execução de dois anos.

TIPO DE PRAZO	TEMPO DO PRAZO
Imediato	Até dois meses
Curto	Até seis meses
Médio	De 6 a 18 meses
Longo	Até 24 meses (acima de 18 meses)



Implementação

Neste momento ocorre o desenvolvimento das ações planejadas anteriormente, tanto aquelas que resultam em acordos internos entre os indígenas quanto as que necessitam de acordos externos e aportes de recursos de fontes, além dos recursos próprios. Por se tratar de um documento vivo e dinâmico, a implementação iniciou-se durante a própria construção – parcerias estão sendo firmadas, projetos com parceiros externos sendo iniciados e capacitação/formação para questões decididas nos acordos internos, viabilizadas.

Essa etapa é fundamental para a manutenção do Plano como elemento vivo e balizador do processo de autogestão territorial e ambiental e depende, muitas vezes, de aportes de recursos financeiros de parceiros governamentais, não governamentais e de cooperação internacional.

Esta publicação cumpre, também, o papel de apresentar o documento ao público externo, dando visibilidade às demandas, além de regular a relação com a sociedade brasileira e a internacional como instrumento para a captação de recursos para sua implementação.

Monitoramento e Avaliação

Esta etapa ocorre de maneira contínua desde o início do processo de construção do Plano, seguindo em sua implementação. Nesse sentido, apesar das distâncias físicas, prevaleceu o diálogo entre as aldeias como mecanismo de entendimento entre os atores, característica que deve promover a boa governança sobre o Plano. Do contrário, este seria apenas um instrumento sem vida, sem alma, deixando de existir e ter sentido para o Povo Kadiwéu.

Revisão do Plano de Vida

O Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Kadiwéu foi elaborada em 2018 e 2019 e, por indicação dos próprios indígenas, deve ser revisado e atualizado periodicamente, a cada dois anos. Assim, cumpriu o seu primeiro ciclo, com a revisão em 2021.

Esse processo promoveu reflexões que aprimoraram a gestão do território, em busca de melhorias não em nome de uma liderança ou uma pessoa só, mas de toda comunidade.



Marco Situacional

O Plano foi construído pela comunidade com intuito de facilitar o planejamento e gestão territorial dessa área, abordando temas como educação, saúde, cultura, meio ambiente, agropecuária, território e relações internas e interinstitucionais. Inicialmente, comunidades de quatro das seis aldeias participaram ativamente na escrita, esboçando todos os seus desejos para o futuro do território. Na fase de revisão houve uma adesão ao grupo de planejamento, com a inserção da comunidade da Aldeia São João.

Desde 2019, o território Kadiwéu passou por diversas mudanças, conforme relatos vívidos da comunidade. Várias aldeias passaram por períodos de trocas de lideranças internas e a região teve incêndios intensos, somados ao grave período pandêmico de Covid-19, que afetou, assim como outras, essas comunidades.

Vários dos tópicos planejados, que antes estavam muito bem encaminhados, foram paralisados pela pandemia. Empecilhos que antes já haviam sido expostos acabaram se intensificando, com destaque ao caso da saúde. De forma a se precaverem, as aldeias, por cerca de um ano e meio, estiveram fechadas para a entrada de pessoas de fora e, em alguns casos, até mesmo para saída dos próprios indígenas.

Nesses últimos dois anos, mesmo com uma série de pressões ocorridas no território, como a pandemia, o aumento nos incêndios florestais e a dificuldade na comunicação, dentre outras, lideranças e comunidades utilizaram o Plano de Vida para a busca de alternativas e fortalecimento de seu protagonismo, dando voz e visibilidade para associações locais, como a Acirk, Amak e Abink. Com isso, ações ocorreram de forma a subsidiar o caminho para essa nova escrita ou revisitação ao Plano.

Dada a dinâmica do processo, é importante ressaltar que algumas questões foram alteradas e/ou acrescentadas desde a construção:

- A participação da Aldeia São João na fase de revisão – conta agora com elementos e particularidades dessa comunidade, que antes não havia participado da escrita original.
- Temas relevantes para o território já haviam sido listados no passado, porém a comunidade sentiu a necessidade da adição ou destaque de novos tópicos, como Fogo, Água, Mulheres, Juventude e Esporte e Lazer.
- Para a revisão, foram feitas visitas e oficinas na aldeia Alves de Barros, com participação de membros da Aldeia Campina, São João, Tomázia e Barro Preto. Nas reuniões, cada comunidade trouxe um panorama de como estava sendo implementado o Plano e o que deveria ser adicionado.
- Além das oficinas, foram realizadas reuniões durante o ano 2021 com grupos específicos, por temas, a fim de mensurar a implementação e obter novos elementos que necessitavam constar no novo plano.
- Para quantificar a implementação do Plano, foram realizadas atividades para a avaliação e o monitoramento. Dessa maneira, foi possível verificar as ações desenvolvidas, algumas concluídas no intervalo de dois anos, o que permitiu delinear um cenário mais fidedigno do processo de implementação. Essa etapa também serviu como base para a comunidade refletir e sugerir adição de novos temas e ações.



Vi uma oportunidade na educação para me manter, antes éramos criadas para cuidar de filhos e queria quebrar essa barreira para buscar uma profissão e foi na área da educação que encontrei isso, e ainda hoje incentivo meus alunos a buscar sempre novos horizontes.

Rosângela Matos

EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Criação (reconhecimento) da escola de nível médio como polo da Terra Indígena.	Reconhecimento do Estado de que a escola é o polo de ensino médio do território.	Curto prazo – realizar o pedido junto ao Estado; Médio prazo – Reconhecimento pelo Estado.	Mobilização da própria comunidade, indo até governo e secretárias, a fim de fazer valer o desejo da comunidade.	
Aumentar o quadro de professores Kadiwéu em todas as escolas do território.	Contratação dos professores indígenas do território por meio de concursos específicos realizados pelo Estado.	Curto prazo.	Atenção maior do Governo do Estado em reconhecer e aceitar o pedido da comunidade, levando em consideração sua cultura e modos de vida.	
Contratação de funcionários Kadiwéu para as escolas estadual e municipal (Alves de Barros, São João e Tomázia).	Contratação, por meio do Estado, dos funcionários indígenas	Curto prazo.		
Organizar para que a direção da escola estadual seja indígena Kadiwéu.	Reconhecimento pelo Estado de que não há só a necessidade de a escola ter um(a) diretor(a) que conheça as dificuldades do território, mas que também reconheça a capacidade da gestão indígena na escola.	Curto prazo.		
Viabilizar transporte escolar para estudantes das escolas municipal e estadual.	Estado ou município deve comprar o meio de transporte, contratar motorista indígena e garantir a manutenção e o combustível.	Médio prazo.		
Garantir que a equipe de administração da escola estadual seja formada por profissionais Kadiwéu.	O Estado deve contratar a equipe de administração, como: diretoria, secretaria e funcionários.	Médio prazo.		
Criação de um curso superior de Pedagogia dentro da Aldeia, como campi externo (extensão). Pode ser da universidade federal ou estadual.	Viabilizar junto ao governo do estado e/ou ao Governo Federal.	Médio prazo.		

EDUCAÇÃO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Sala específica para educação infantil, com equipamentos específicos (livros, brinquedos).	Reconhecimento do município da necessidade de equipar a sala.	Imediato – pedido; Curto prazo – realização da compra dos equipamentos.	Com o município.	
Contratar um auxiliar indígena de professor da educação infantil e que tenha habilidade para educação especial.	Contratação, pelo município, do auxiliar.	Imediato – pedido; Curto prazo – contratação.	Com o município.	
Ampliação das bolsas para alunos universitários, garantindo que todos recebam.	Ampliar recursos dos governos para garantir bolsas a todos alunos.	Médio prazo.	Articulação dos Povos Indígenas Nacional (APIB) e estadual; Mobilização da própria comunidade; Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade.	
Viabilizar cursos para os Kadiwéu (extensão, pesquisa, capacitação etc.).	Por meio de parcerias com universidades que já atuam no território, como contrapartida às pesquisas que são feitas; buscar parcerias para que mais indígenas participem e retornem para a comunidade, como capacitação, curso ou outro, envolvendo principalmente as escolas do território.	Curto prazo.	UFMS, UEMS.	
Manter a escola da Aldeia Barro Preto.	Aumentando o número de professores (ao menos +3) e o número de salas de aula (+3); separar a cozinha da sala de aula e do banheiro, pois as estruturas estão todas muito próximas.	Médio prazo.	Prefeitura Municipal.	

EDUCAÇÃO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Abrir extensão da escola Municipal na Aldeia Campina.	Por meio da Secretaria de Educação do município.	Curto prazo.	Prefeitura Municipal.	
Melhorar o apoio para formandos do ensino médio para acesso ao ensino superior e também para recém-formados para inserção no mercado de trabalho.	Com cursos para enem, vestibular, preparatório; e para recém-formados com mais acesso a estágios e contratações etc.	Curto e médio prazo.	Parceiros, UFMS, UEMS, professores da comunidade, governo.	
Maior incentivo à capacitação de professores (participar da jornada pedagógica em Bodoquena e outros).	Com conversas entre Prefeitura de Bodoquena e de Porto Murtinho para que professores Kadiwéu participem desses encontros, já que a cidade de Bodoquena fica mais próximo deles.	Curto prazo.	Secretarias municipais de Bodoquena e Porto Murtinho.	
Capacitação dos professores para atender aos alunos especiais.	Com apoio da Secretaria de Educação, promover capacitações.	Curto prazo.	Secretaria de Educação.	
Reforma da escola municipal da Aldeia São João e outras que necessitarem.	Com município.	Médio prazo.	Secretaria de Educação e município.	
Melhoria nas salas que atendem a alunos do nível médio na Aldeia São João.	Buscar apoio nos órgãos do município e estado.	Médio prazo.	Secretarias de Infraestrutura e Educação.	
Contratação de mais funcionários que atuem em limpeza, assim como técnicos e administrativos.	Buscar melhoria no município e estado.	Médio prazo.	Governo e prefeitura, com mobilização da comunidade.	
Materiais multimídia para as escolas do território.		Médio prazo.	Governo e prefeitura, com mobilização da comunidade.	

Nesse plano eu posso ver por exemplo o que a área de saúde está precisando, enfermeiros indígenas, dentistas indígenas formados, então eu enquanto professora vou correr atrás [para que nossos jovens se formem para isso].

Rosangela Matos

SAÚDE



SAÚDE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Casa de apoio em Bodoquena.	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI.	Imediato – pedido da comunidade;	Pessoas que já atuam na área da saúde;	
Ambulância.				
Plantão na aldeia.				
Sala de emergência com equipamentos.				
Contratação de obstetra.				
Sala de observação.				
Contratação de funcionários indígenas.				
Contratação de funcionários no setor administrativo que sejam indígenas.				
Contratação de um nutricionista.	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI.	Imediato – pedido da comunidade;	Pessoas que já atuam na área da saúde;	
Contratação de coordenador de Polo-base de Bodoquena que não seja do quadro, seja indígena Kadiwéu apto para exercer o cargo.				
Aumentar o número de agentes de saúde (aumentar em mais duas vagas).				
Construção de CASAI em Porto Murtinho para atendimento de todas as aldeias que necessitem.				
Estimular os jovens a ingressar em cursos na área de saúde.	Com a comunidade, a população e professores nas escolas.	Imediato.	Comunidade.	
Manter a boa saúde das crianças e dos idosos.	Fazendo prevenção: vacinas, exames, cuidados.	Sempre.	Profissionais de saúde e a própria comunidade.	
Manutenção e transmissão da saúde tradicional indígena	Com anciãos repassando técnicas usadas no passado	imediatamente	Comunidade	

SAÚDE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Manter o bom funcionamento do Posto de Saúde e o técnico de enfermagem residir na aldeia.	Aumentando o número de profissionais no posto, como nutricionista, dentista, psicóloga/o.	Médio a longo prazo para todas as aldeias.	Governo Federal (Sesai) e Polo-base de Bonito.	
Carro e combustível para o atendimento da Saúde.		Imediato, com periodicidade de 2 meses para as entregas e retiradas.	Funai e Prefeitura Municipal.	
Facilitar o acesso a medicamentos.	Convênio com farmácias em Bonito para compra subsidiada de medicamentos.	Imediato.	Sesai.	
Alojamento em Bonito para tratamento médico.	Construção de CASAI em Bonito ou garantia de pagamento de hospedagem e alimentação quando em Bonito para tratamento médico.	Imediato.	Governo Federal/Sesai.	
Garantir que os funcionários dos postos de saúde localizados nas aldeias sejam todos indígenas (todas as equipes: de saúde, de limpeza e administrativo).				
Promover oficinas de saúde tradicional nas comunidades para resgate de uso de ervas medicinais.	Mobilização da Comunidade com os anciãos para troca de saberes.	Curto prazo.	Comunidade.	
Plantões de saúde nas comunidades.	Sesai voltar com os plantonistas nas comunidades.	Curto prazo/urgente: Por conta da pandemia os plantonistas foram tirados das comunidades e estão indo somente junto com o médico, e a comunidade tem sofrido, pois quando mais precisam não tem ninguém para atendê-los.	Sesai.	

SAÚDE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Casa em cada aldeia para técnico de enfermagem.	Comunidade solicitar junto à Sesai.	Curto prazo. Na Aldeia São João tem polo, porém o técnico não fica mais na comunidade.	Sesai.	
Enfermeiro na aldeia São João.	Encaminhar pedido.	Curto prazo.	Sesai.	
Carro para atendimento na cidade e na aldeia.	Por meio de solicitação.	Médio prazo.	Sesai.	
Criar formas de atendimento familiar.	Solicitar com Sesai.	Médio prazo.	Sesai.	
Volta do funcionamento da sala de emergência e dentistas.	Solicitar com Sesai.	Médio prazo.	Sesai.	
Contratação de psicólogos/as para atendimento.	Solicitar com Sesai.	Médio prazo.	Sesai.	
Melhorar o atendimento na comunidade; Melhorar o atendimento fora da comunidade (Bonito).	Solicitar com Sesai.	Curto prazo.	Secretarias municipais.	
Contratação de motorista para que seja indígena Kadiwéu e resida no território, para casos de emergência.	Solicitar com Sesai.	Médio prazo.	SESAI.	
Que o técnico volte a residir na comunidade.	Solicitar com Sesai.	Urgente.	Sesai.	
Mudar as regras de acompanhante em caso de internação.	Solicitar na prefeitura.	Curto prazo.	Sesai e Secretaria de Saúde.	
Apresentar pessoas para a comunidade antes de efetivar contratação, para que a conheça a pessoa antes, suas intenções e formas de trabalho com a comunidade, evitando, assim, conflitos.	Pactuar com Sesai.	Curto prazo.	Sesai e comunidade.	

SAÚDE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Trocar, com urgência, médico e enfermeiro da Aldeia São João, e que a equipe médica respeite o modo de vida e cultura da comunidade.	Solicitar a troca urgente (reunião com SESAI geral).	Urgente – médicos não têm cumprido o horário de atendimento da comunidade nas aldeias; A enfermeira que está hoje na comunidade São João desrespeitou a comunidade no período de pandemia, não utilizava máscara durante atendimento, além de desrespeitar os comunitários na hora do atendimento.	Sesai.	

*Com a implementação
do Plano de Vida as pessoas
começaram a ter mais
responsabilidade para preservar
a reserva.*

Laércio B. Victor

TERRITÓRIO



TERRITÓRIO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Contratação de guarda noturno indígena Kadiwéu.	Criação de normas pela comunidade;	Imediato para a construção das normas;	Comunidade;	Município, por meio dos recursos do ICMS Ecológico.
	Contratação de guarda com o recurso do ICMS Ecológico.	Médio prazo para a contratação de guarda.		
Manutenção das estradas (municipais e estadual).	Contratação de máquinas para fazer a manutenção;	Imediato para a contratação de maquinário para melhoria das estradas e colocação das placas de sinalização.	Estado e município.	
	Sinalização dos caminhos para as aldeias por meio de placas.			
Construir a ponte do Aquidabã urgentemente.		Imediato.		
Iluminação pública.	Instalação de postes de iluminação pública no centro da aldeia.	Imediato.	Município.	
Fiscalização do território.	Construção de um posto de vigilância	Médio prazo para a construção do posto de fiscalização;	Comunidade, com apoio dos recursos do ICMS Ecológico e parceria com a Funai.	
	Contratação da equipe de fiscalização (Kadiwéu);	Imediato para aquisição do drone com recursos do ICMS Ecológico;		
	Aquisição de drone;	Curto prazo para contratação e capacitação da equipe;		
	Capacitação para utilização do equipamento;	Contínua para a troca de experiências com outros povos indígenas.		
	Troca de experiências com outros povos indígenas.			
Aquisição e manutenção de veículos para realizar a fiscalização do território.	Por meio do ICMS Ecológico.	Médio prazo.	Comunidade, com apoio dos recursos do ICMS Ecológico e parceria com a Funai.	

TERRITÓRIO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Controle e fiscalização de bovinos e equinos que adentram o território e não são dos Kadiwéu.	Controle maior da Acirk aos animais que estão no território, buscando apoio da Funai e outros.	Médio prazo.	Acirk, Coopaik.	
Implantação de rádio comunitária em todas as aldeias para a melhor integração das mesmas.	Aquisição dos equipamentos e capacitação para o manuseio.	Médio prazo.	Parceiros e comunidade.	
Construção de casas populares com arquitetura Kadiwéu para todas as aldeias do território.	Programas do governo que atendam a comunidades.	Médio/longo prazo.	Governo na implementação;	Comunidade no acesso a esses canais.
Criação de centros comunitários nas aldeias.	Construção de espaço para convivência e festas das comunidades.	Curto prazo.	Parceiros e comunidade.	
Construção de padaria comunitária (Tomázia);	Construção de padaria e plano de comercialização. Na Aldeia Alves de Barros precisa somente verificar o padrão de energia que foi retirado para o funcionamento das máquinas.	Curto prazo para aldeias	Comunidade e projeto de apoio.	
Reativar a padaria da Aldeia Alves de Barros.		Tomázia, Barro Preto, Alves de Barros.		
Construção de quadras para a prática de esportes nas aldeias.	Construção das quadras e aquisição de equipamentos e materiais esportivos.	Curto prazo.	Governo na execução;	Comunidade na buscar por essa melhoria.
Curso de confeitaria para ativação das padarias e de forma a fomentar o uso dos produtos da sociobiodiversidade encontrados no território.	Cursos e capacitações para fazer os pães e plano para que esses produtos sejam absorvidos pelo governo/ prefeitura como parte da merenda escolar.	Médio prazo.	Parceiros como senar, Sebrae e secretarias do governo para o plano.	

TERRITÓRIO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Construir pontes nas vazantes que ligam as aldeias (estrada por dentro do território, principalmente a estrada que liga Tomázia e Alves de Barros).	Solicitação junto à Secretaria de Infraestrutura do município.	Médio prazo.	Município/governo.	
Melhorar a ponte da Aldeia São João.	Por meio de busca junto à Prefeitura do Município e Secretaria de Infraestrutura.	Médio prazo.	Secretaria de Infraestrutura.	
Manutenção de equipamentos e salas que existem no território (salas na área da saúde, como dentista).				

O aquecimento Global tem atingido não só na reserva, mas em todo o lugar, esse desequilíbrio climático tem causado danos a nós também, mas nós temos trabalhado com o meio ambiente pra cuidar disso aqui, Nós somos os guardiões dessas áreas, e estamos lutando para preservar essa riqueza né, temos nossas florestas, temos o cerrado e o Pantanal.

Rubens Aquino

MEIO AMBIENTE



MEIO AMBIENTE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Preservação das nascentes de água.	Recuperação da área degradada; Educação ambiental.	Imediato e contínuo para Educação Ambiental; Longo prazo para a recuperação da área degradada.	Com a comunidade, com apoio do recurso do ICMS Ecológico.	
Manutenção da equipe do Prevfogo.	Garantir a contratação da equipe do Prevfogo de forma efetiva.	Imediato.	Com o recurso do ICMS Ecológico e com a comunidade.	
Conservação do meio ambiente.	Resgate de algumas árvores nativas e construção de um mudário: pindo, pau santo, cedro, angelim, pinca, aroeira, jenipapo; Conservar a Mata do Soldado sem alteração.	Contínuo.	Comunidade.	
Manter a caça e a pesca.	Conservação do ambiente do território para sempre ter caça e pesca. Não pode matar tudo, tem que deixar para reproduzir.	Sempre.	Com os homens da comunidade.	
Realizar o manejo do pau santo no território, mais próximo à comunidade; Realizar o manejo nas áreas de coleta.	Assistência técnica. Verificar a melhor área para a introdução dentro do território.			
Realizar a introdução da cana-brava no território. Importante para a construção de arco e flecha.	Assistência técnica.			
Aumentar os trabalhos de educação ambiental para cuidado do meio ambiente.	Palestras nas escolas e com a comunidade.	Curto prazo.	Escola, Abink, parceiros.	
Mapear áreas degradadas na aldeia São João.	Capacitar cada vez mais a comunidade para esses levantamentos.	Curto prazo.	Abink, parceiros, Ibama.	

MEIO AMBIENTE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Recuperar as bordas do rio Aquidabã com plantio de árvores nativas.	Plantio nas áreas mapeadas com produção de mudas da região.	Médio prazo.	Comunidade, parceiros, editais.	
Proibir entrada de pessoas de fora do território na cachoeira, pois deterioram a área com lixo etc.	Fechar a área de acesso e colocar placas de sinalização;; Colocar fiscalização.	Curto e médio prazo.	Comunidade, com Governo.	
Desenvolver um projeto de turismo sustentável na cachoeira do Aquidabã, com acesso restrito de pessoas e plano de monitoramento para evitar degradação.	Comunidade da Aldeia São João, que está próxima à área, pretende desenvolver turismo na aldeia e nas áreas de cachoeira – ter um plano de turismo de base com estudo de impacto.	Longo prazo.	Comunidade com apoio externo – Secretaria de Turismo.	
Capacitar pessoas da comunidade para tratar do turismo sustentável com cuidado ecológico.	Preparar pessoas da própria comunidade para receber o turista, mas também falar sobre educação ambiental e o cuidado que é preciso ter com a área.	Longo prazo.	Comunidade – buscar capacitação com órgãos de turismo e intercâmbios.	
Mapear e preservar áreas de guavira, frutos e outros com usos bioculturais importantes para as comunidades (sementes de usos culturais).	Levantar essas áreas junto a equipes do Prevfogo que conhecem essas regiões e cuidar para que não sejam degradadas ou atingidas pelo fogo.	Curto prazo.	Brigadistas e comunidade.	

É importante a gente se organizar, participar, aprender. Quero que a gente de o primeiro passo para o manejo do gado, com técnicos que falem sobre reprodução e genética para que a gente siga essas aulas que estamos tendo aqui. A gente vem [para intercâmbio] com o objetivo pra buscar projetos que cheguem na nossa aldeia. [entrevista feita em Roraima, no intercâmbio uma vaca para o índio]

Ceriaco Ferraz

AGRICULTURA E PECUÁRIA



AGRICULTURA E PECUÁRIA				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Incentivo à produção agropecuária.	Aquisição de máquinas e equipamentos; Manutenção; Assistência técnica para agricultura, agroecologia, meliponicultura, caprinocultura, pecuária, piscicultura; Criação de uma estufa para plantas e flores; Comercialização da produção para órgãos governamentais: PNAE, PAA, Exército, universidades.	Imediato para aquisição de máquinas e equipamentos; Imediato para contratação de ATER; Médio prazo para construção da estufa; Médio prazo para a comercialização para órgãos governamentais.	Município, Estado e União.	
Aumentar a criação das aves e dos cavalos.	Assistência técnica para aumentar a produção de animais domésticos (como aves e cavalos).	Médio a longo prazo.	Governos Federal e Estadual.	
Incentivar e apoiar a criação de gado leiteiro.	Assistência técnica para a criação do gado e cursos para produção e comercialização de queijo.	Médio prazo.		
Formação de agroindústria (despolpadeira de frutas, casa de farinha etc.).	Assistência técnica, construção e aquisição de equipamentos; Construção de plano de negócios para comercialização da produção.			
Construção e implementação de hortas e pomares comunitários.	Assistência técnica e aquisição de material; Mudas e sementes para a implementação.	Curto prazo.	Prefeituras.	

AGRICULTURA E PECUÁRIA				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Melhoria das roças que são tocadas pelas mulheres (AMAK) com equipamentos e sementes.	Buscar apoio para essas roças "comunitárias"; Promover feiras para trocas de sementes com outras comunidades a fim de melhorar a produção; Ter mais acesso a equipamentos que auxiliem na produção.	Curto prazo.	Prefeitura, parceiros.	
Voltar a assistência técnica para manejo do gado.	Por intermédio da Acirk.	Curto prazo.	Iagro e outros órgãos.	

*Na nossa cultura Kadiwéu
existe línguas específicas para
homem e específica para mulher,
a gente precisa buscar uma
professora indígena só falante no
idioma Kadiwéu e separar as falas
porque a maioria das meninas
já não fala mais nada na língua
feminina só fala a língua dos
homens e se a gente não correr
atrás a gente vai perder.*

Creuza Vergílio

CULTURA



CULTURA				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Manter a cultura e a língua.	A língua se mantém começando dentro de casa. A cultura, preservando as comemorações de 19 de abril e as outras festas que fazem parte da cultura, como a Festa da Moça.	Sempre.	Com a própria Comunidade.	
Melhorar o artesanato.	Cerâmica – troca de experiências com outras aldeias.	Curto a médio prazo.	Aldeias Barro Preto, Tomázia e Alves de Barros.	
	Colares – aprender técnicas de conservação das sementes.	Curto a médio prazo.	Aldeias Barro Preto, Tomázia e Alves de Barros.	
	Cestaria – aprender técnica para começar o trabalho de trançado com o pindó.	Curto a médio prazo.	Com a própria Comunidade em Barro Preto e Tomázia.	
	Construção de um projeto de plano de negócios para a comercialização dos artesanatos.	Longo prazo.	Governos/ONGs.	
Buscar projetos de pintura de pano, corte e costura.	Comunidade ficar atenta aos editais de cultura.	Curto prazo.	Comunidade e parceiros.	
Melhorar o recurso para busca do pau santo com apoio da Funai.	Acordo com Funai para facilitar ida ao local (carro).	Curto prazo.	Funai.	
Conseguir ferramentas que facilitem o trabalho com cerâmica e outros artesanatos (pá, enxada, carriola, furadeira para sementes, serra para anel de coco, ganchos para brincos, nylon, motosserra para retirar pau santo).	Por meio de editais de cultura.	Curto prazo.	Funai, comunidade e parceiros.	

CULTURA				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Projeto para construção de instrumentos como guguexe, flauta e zabumba para dança indígena.	Por meio de editais de cultura.	Curto prazo.	Funai, comunidade e parceiros.	
Viabilizar parcerias com órgão que atenda ao território e que possa transportar esses produtos para um ponto na cidade (quando o carro trouxesse o material, já levaria os produtos para a comercialização).	Disponibilizar carro, motorista e combustível para realizar a coleta de material para artesanato e a retirada dos produtos para a venda.			

Aqui nos somos em seis aldeias, hoje a Abink tem ações aqui na Alves de Barros mas a gente pensa em expandir para as outras aldeias, a São João já conhece, a Tomázia Já conhece e tem brigadistas a Campina, mas a gente pensa em expandir, em trabalhar com outros brigadistas que são moradores e com as outras comunidades do território.

Rubens Aquino

CONVIVÊNCIA NO TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS



CONVIVÊNCIA NO TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Manter a boa convivência.	Aumentar o número de pessoas/parentes na aldeia, com a mesma boa relação.	Longo prazo/sempr.	Com a própria comunidade.	
Manter a aldeia sem a presença das drogas.	Por meio da educação, diálogo da comunidade.	Sempre.	Com a própria Comunidade.	
Trazar o chefe da Funai mais para o diálogo na Aldeia.	Tornar rotina mensal a visita do chefe da Funai à Aldeia.	Imediato.	Funai.	
Firmar compromisso do município para atendimento dos indígenas na aldeia, como acontece nas outras.	Trazar os órgãos de assistência social do município para atendimentos na aldeia (como o CRAS, Justiça Eleitoral, fornecimento de documentação básica – certidões, RG, CPF).	Sempre, com periodicidade de 6 meses para as visitas.	Prefeitura Municipal.	
Buscar contrapartida das pesquisas desenvolvidas no território, de forma a melhorar a conexão entre a comunidade e a pesquisa.	Com parcerias mais elaboradas e contrapartidas mais bem explicadas e que atendam demandas da população.	Sempre que chegar pesquisador novo.	Entre comunidade e pesquisador.	

A gente trabalha dentro do PrevFogo com educação ambiental para moradores, proprietários, distribuindo panfletos e conversando com eles as formas de trabalho da brigada para evitar focos de incêndio que ocorrem anualmente dentro da reserva e isso tem sido um papel fundamental pra gente por que a gente vai explicando e já levando conhecimento principalmente para os mais pequeninos, para nossa juventude, que o fogo traz grandes prejuízos destruindo nossas frutas nativas como a guavira, jatobá, cumbaru, entre outras plantas nativas que a gente faz o consumo dentro da comunidade.

Elísio

FOGO

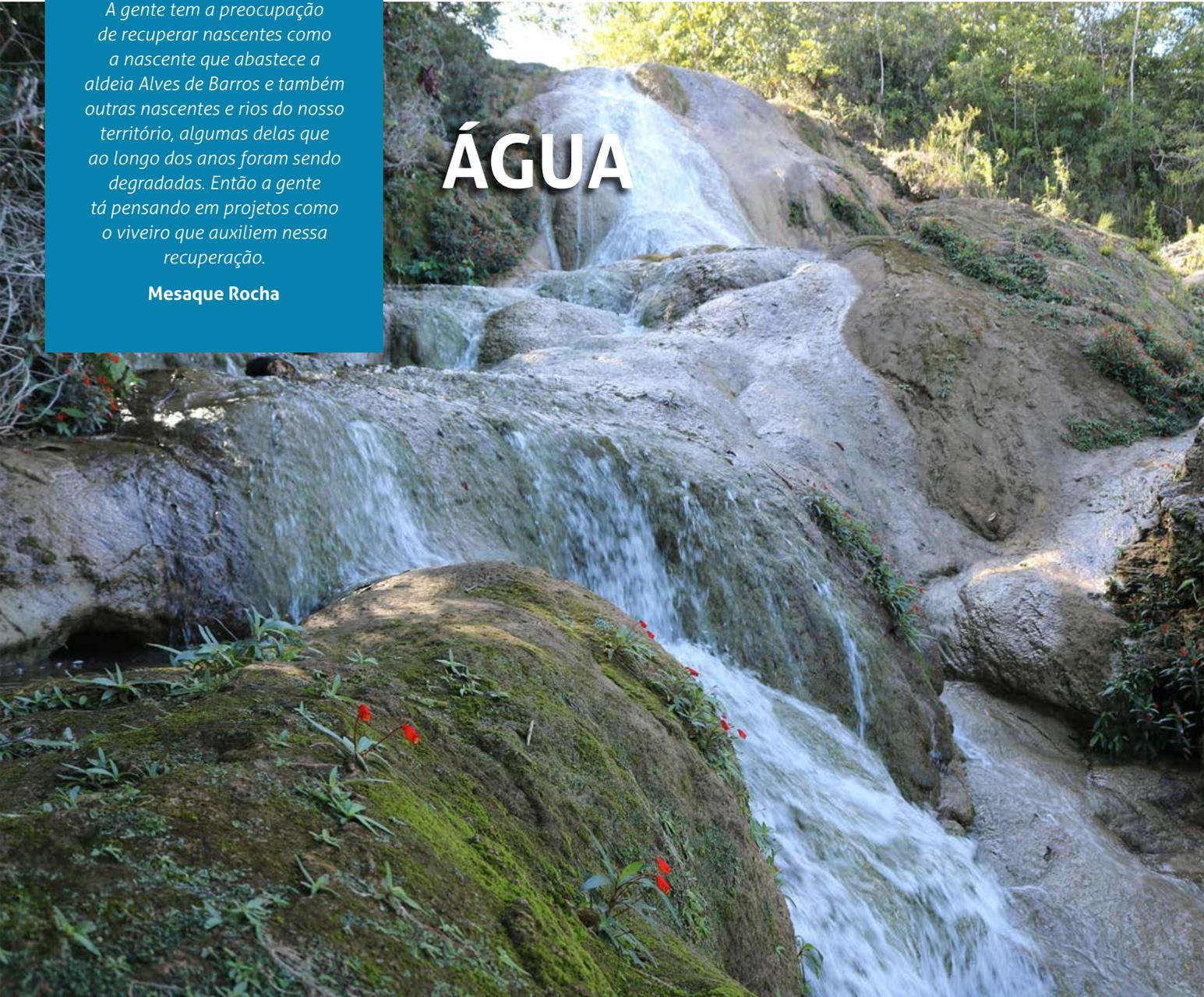


FOGO				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Manejo do fogo antes do período crítico.	Queima prescrita.	Curto prazo.	Prevfogo/Ibama e parceiros.	
Efetivar equipe de combate de incêndios.	Junto aos órgãos públicos.	Urgente.	Ibama, Governo.	
Aumentar contingente de brigadistas para o território.	Buscar apoio de órgãos e parceiros.	Urgente.	IBAMA, Governo, Funai, ONGs.	
Aumentar o número de viaturas equipadas para atender ao território.	Por meio de editais ou apoio de outros órgãos.	Curto prazo.	Funai.	
Manter equipamento de prevenção e combate nas bases o ano todo.	Solicitar ao Ibama.	Curto prazo.	Ibama.	
Drone para ajudar na verificação dos focos de incêndio.	Editais e projetos para aquisição.	Curto prazo.	Parceiros, ICMS Ecológico, Funai.	
Capacitação para pilotagem de drone e plataformas.		Curto prazo.	Parceiros.	
Aquisição de computadores para trabalhar com imagens do território e ajudar no monitoramento.	Editais e projetos.	Curto prazo.	ICMS Ecológico.	
Capacitação para uso de aplicativo de mapas pelas brigadas.		Curto prazo.		
Base de apoio equipada com pessoa capacitada que compartilhe informações com a equipe de campo.		Médio prazo.		
Rádio na base e nos carros para segurança dos brigadistas e compartilhamento de informações.		Curto prazo.		
Equipamentos de camping para os brigadistas (colchão, fogão, barracas etc.).	Aquisição com o Ibama ou parceiros.	Curto prazo.	Ibama, governo, secretarias do meio ambiente.	
Materiais didáticos de apoio para trabalhar com a comunidade na educação ambiental e prevenção de incêndios.	Buscar em universidades.	Curto prazo.	UFMS, UEMS e outras instituições.	

A gente tem a preocupação de recuperar nascentes como a nascente que abastece a aldeia Alves de Barros e também outras nascentes e rios do nosso território, algumas delas que ao longo dos anos foram sendo degradadas. Então a gente tá pensando em projetos como o viveiro que auxiliem nessa recuperação.

Mesaque Rocha

ÁGUA



ÁGUA					
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO	
Cuidar das nascentes do território que abastecem as famílias.		Curto e médio prazo.		Comunidade, por meio de auxílio a órgãos no caso de a nascente estar fora do território – Ministério Público.	
Manutenção de poços existentes; construção de mais um poço na aldeia São João, pois cresceu o número de famílias.	Buscar órgãos competentes e recorrer ao ICMS Ecológico	Curto prazo.		Sesai.	
Ampliação da rede de água na Aldeia São João e manutenção das áreas que estão entupidas.		Curto prazo.		Sesai.	
Melhoramento do tratamento da água em todas as aldeias do território.		Curto prazo		Sesai.	
Aquisição de caixas d'água para as residências.		Médio prazo.		Sesai.	
Manutenção dos equipamentos, canos e mangueiras que distribuem água.		Curto prazo.		Sesai.	

Aqui na aldeia com as mulheres ainda existe muito machismo ainda, e graças a associação da minha mãe ela vem reunindo as mulheres e as mulheres vem se descobrindo que cada mulher tem seu talento e elas vem demonstrando o que sabem fazer a minha mãe, através da associação dela, as mulheres vem se soltando, se reunindo mais, cada mulher mostrando seu trabalho e a gente vem se desenvolvendo muito bem.

Adrielle Vergilio

MULHERES



MULHER					
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO	
Palestras sobre planejamento familiar.	Com apoio de instituições que atuam com temática de gênero.	Curto e médio prazo.	Parceiros, Casa da Mulher, secretarias do município, CRAS.		
Reuniões sobre cuidado e saúde da mulher.	Com apoio de instituições que atuam com temática de gênero.	Curto e médio prazo.	Parceiros, Casa da Mulher, secretarias do município, CRAS.		
Cursos técnicos voltados para empoderamento da mulher.	Buscar parcerias.	Médio prazo.	Sebrae etc.		
Mais vagas de trabalho para mulheres indígenas.	Plano de Governo.	Curto prazo.	Governo e prefeituras.		
Cursos voltados para artesanato.	Buscar editais e projetos.	Curto prazo.	Comunidade.		
Fortalecimento da associação de ceramistas da aldeia.		Curto prazo.			

Os jovens hoje em dia tem que participar mais dos encontros, reuniões, interagirem dentro de projetos que traz benefícios para nossa comunidade para que futuramente nossos filhos e nossos netos, possam usufruir da melhor maneira de nossas terras assim como nos estamos usufruindo hoje.

Antoniezer

JUVENTUDE



JUVENTUDE				
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO
Ampliar bolsas para alunos da graduação.	Buscar parceria nos institutos de educação e programas.	Curto prazo.	Universidades e institutos de educação.	
Incentivar jovens a atuarem nas áreas de Saúde e Educação – as mais precárias no território.	Incentivando em casa e na escola.	Curto prazo.	Família, comunidade e professores.	
Vestibular na aldeia.		Curto prazo.	Instituições de ensino e secretarias de educação.	
Acesso a cursinhos pré-vestibular e Enem.		Curto prazo.	Secretaria de educação, Funai.	
Palestras para afastar jovens das drogas e bebidas.	Por meio de parceiros.	Curto prazo.	Polícia Militar, Exército, Bombeiros etc.	
Programa de estágios.	Plano na educação.	Médio prazo.	Secretarias de educação e governo, Funai.	
Auxílio financeiro para permanência do jovem na escola, pois muitos têm que sair para trabalhar.		Médio prazo.		
Cursos tecnológicos e profissionalizantes.	Buscar parceiros.	Curto prazo.		
Curso de instrumentos musicais.		Curto prazo.	Parceiros.	
Melhorar o lazer do jovem.	Pensar em atividades de incentivo.	Curto prazo.	Comunidade.	

*O esporte é saúde e vida.
Ter esporte nesse sentido para
juventude pode ajudar a não
deixar os jovens ociosos.*

Laércio B. Victor

ESPORTE E LAZER



ESPORTE E LAZER					
O QUE	COMO	QUANDO	COM QUEM	SITUAÇÃO	
Construção de quadra de esportes, arquibancadas, vestiário etc.	Buscar apoio com governo.	Curto prazo.	Governo, Funai, Prefeitura.		
Aquisição de uniformes masculinos e femininos para prática de esportes.	Buscar editais, parcerias e secretarias de esporte.	Curto prazo.	Secretarias municipais de esporte.		
Aquisição de equipamentos de esporte para times nas comunidades (vôlei e futebol).	Buscar editais, parcerias e secretarias de esporte.	Curto prazo.	Secretarias municipais de esporte.		
Ter um técnico de esportes na comunidade para preparação para torneios.		Curto prazo.	Secretarias municipais de esporte.		
Promover eventos esportivos no território anualmente.	Promovido pela comunidade	Curto prazo.	Comunidade.		
Cursos para arbitragem.	Buscar capacitação.	Médio prazo.			
Manutenção dos campos de futebol já existentes.		Curto e médio prazo.	Comunidade.		
Transporte das equipes para torneios fora do território.		Curto prazo	Secretarias municipais e Funai.		
Apoio para participação no campeonato das etnias que acontece em janeiro.		Curto prazo.	Parcerias, Funai etc.		
Recuperação do açude da comunidade da Aldeia São João para lazer.	Cuidar do açude.	Curto prazo.	Comunidade.		
Fortalecimento do grupo de dança Kadiwéu para apresentação em outros locais.		Curto prazo.	Comunidade.		

GLOSSÁRIO

ABINK – Associação dos Brigadistas Indígenas da Nação Kadiwéu

ACIRK – Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu

AMAK – Associação das Mulheres Artistas Kadiwéu

COOPAİK – Cooperativa dos Pecuaristas e Agricultores Indígenas Kadiwéu

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MUPAN – Mulheres em Ação no Pantanal

ONG – Organização Não Governamental

PCA – Programa Corredor Azul

PGTA – Planos de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

TI – Território Indígena

REFERÊNCIAS



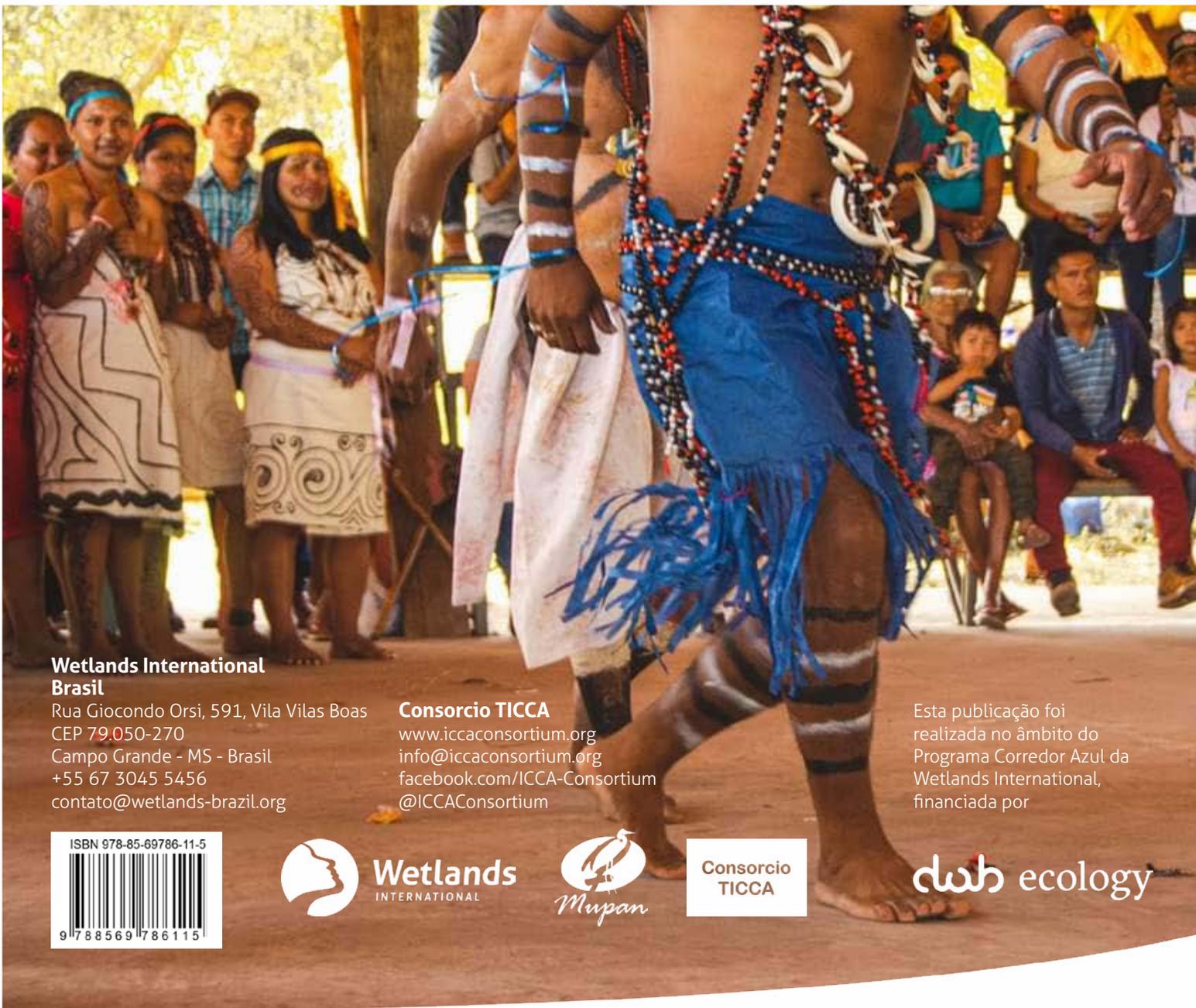
APIO - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. 2009. **Plano de vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: APIO, Brasil.

Brasil. 2012. **Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acessado em: 30 abr. 2018.

Funai. 2013. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**: Orientações para Elaboração. Brasília, Brasil.

Favilla, K. C., Pires, G., Pereira, L. R. (orgs.). **Plano de vida do território indígena Kadiwéu**. Campo Grande, MS: Mupan, 2019.

Silva, G. J. 2014. **A reserva Indígena Kadiwéu, 1899-1984**: memória, identidade e história. UFGD, Dourados. Brasil.



**Wetlands International
Brasil**

Rua Giocondo Orsi, 591, Vila Vilas Boas
CEP 79.050-270
Campo Grande - MS - Brasil
+55 67 3045 5456
contato@wetlands-brazil.org

Consortio TICCA
www.iccaconsortium.org
info@iccaconsortium.org
facebook.com/ICCA-Consortium
@ICCAConsortium

Esta publicação foi
realizada no âmbito do
Programa Corredor Azul da
Wetlands International,
financiada por

ISBN 978-85-69786-11-5



9 788569 786115



Wetlands
INTERNATIONAL



**Consortio
TICCA**

dwb ecology